



PORTAL HERMES



Política de Privacidade

Documento institucional revisado para publicação e edição

Controlador	Versão	Última revisão	Natureza do documento
Prefeitura Municipal de Caririáçu	1.2	22 de abril de 2026	Política de Privacidade institucional

Observação importante: este documento foi revisado para ficar alinhado ao Portal Hermes e à decisão de utilizar, provisoriamente, um e-mail oficial como canal de atendimento ao titular até a implantação de um canal interno específico.

1. Apresentação

A presente Política de Privacidade descreve, de forma clara e objetiva, como o Portal Hermes – Saúde do Trabalhador realiza o tratamento de dados pessoais no contexto do recebimento de atestados, da análise administrativa, da perícia médica, da homologação de afastamentos, da comunicação institucional e das demais rotinas autorizadas relacionadas à saúde ocupacional dos servidores.

Este documento foi estruturado para atender à Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), observando especialmente os princípios da finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, transparência, segurança, prevenção, não discriminação e responsabilização.

O Portal Hermes atua como ferramenta tecnológica de apoio à gestão pública, sem afastar a responsabilidade institucional do Controlador quanto às decisões sobre o tratamento dos dados pessoais.

2. Identificação do controlador e escopo de tratamento

Controlador: Prefeitura Municipal de Caririáçu, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 06.738.132/0001-00, com sede no Parque Recreio Paraíso, S/N, Paraíso, Caririáçu/CE, CEP 63.220-000. Contato institucional geral: gabinete@caririacu.ce.gov.br • Telefones institucionais: (88) 3547-1122 / (88) 3547-1159.

O tratamento de dados pessoais descrito nesta política ocorre no âmbito da administração pública municipal e se limita às finalidades relacionadas à gestão de saúde do trabalhador, ao processamento de atestados e afastamentos, à instrução técnica e administrativa de processos e à manutenção da segurança e rastreabilidade do sistema.



3. Dados pessoais tratados

3.1 Dados cadastrais e funcionais

- Nome Completo;
- CPF;
- Data de Nascimento;
- Sexo, quando aplicável ao cadastro institucional;
- Telefone e outros meios de contato informados no sistema;
- Foto de Perfil, quando enviada pelo Usuário;
- Matrícula, Cargo, Lotação, Vínculo Funcional, Setor e demais dados administrativos necessários à Operação do Serviço.

3.2 Dados de saúde e documentos correlatos

- Atestados, Exames e demais documentos anexados ao processo;
- CID informado ou Confirmado, quando houver respaldo técnico e necessidade funcional;
- Períodos de Afastamento, Dias Solicitados, Deferidos e Homologados;
- Laudos, Pareceres, Justificativas Técnicas e Conclusões Periciais;
- Registros de Agendamento, Comparecimento e Observações Ligadas à Perícia ou à Análise Administrativa.

3.3 Dados de uso, segurança e auditoria

- Dados de autenticação e perfis de acesso;
- Histórico de alterações em protocolos e registros;
- Usuário responsável por inclusão, análise ou modificação de informações;
- Datas e horários de operações relevantes;
- Registros operacionais necessários à segurança, à prevenção de fraude e à auditoria.

4. Finalidades e bases legais do tratamento

Os dados pessoais tratados no Portal Hermes são utilizados exclusivamente para finalidades legítimas e compatíveis com a atividade administrativa desenvolvida.



Abaixo, apresenta-se um resumo das principais finalidades e respectivas bases jurídicas.

Finalidade	Exemplos de dados	Fundamento jurídico
Identificação e cadastro do servidor/usuário	CPF, nome, matrícula, dados funcionais	Execução de atribuições administrativas e cumprimento de obrigações legais/regulatórias.
Recebimento, análise e processamento de atestados e exames	Atestados, CID, anexos, dias de afastamento	Tutela da saúde, instrução regular do processo e obrigações administrativas/legalmente estabelecidas.
Perícia médica e homologação	Laudos, pareceres, histórico do protocolo	Procedimento técnico-administrativo legítimo, proteção da saúde e regularidade dos atos administrativos.
Comunicação com usuários e setores competentes	E-mail, telefone, notificações do sistema	Execução do serviço, continuidade operacional e transparência.
Segurança, auditoria e prevenção a fraude	Logs, histórico de ações e permissões	Segurança da informação, prevenção, responsabilização e proteção do titular e da Administração.

Observação: nas operações centrais do Portal Hermes, o consentimento não é tratado como base única ou preferencial quando houver outra hipótese legal mais adequada ao contexto administrativo ou de saúde.

5. Compartilhamento e acesso aos dados

O acesso aos dados pessoais é concedido conforme o perfil do usuário, a atribuição funcional e a necessidade de conhecimento, não sendo franqueado de maneira indiscriminada.

Os dados poderão ser acessados, nos limites necessários, por servidores do RH, equipe médica/pericial, administradores autorizados para manutenção e auditoria, e pelo próprio titular, quando cabível.

O compartilhamento externo de dados somente ocorrerá quando houver necessidade legítima e amparo jurídico, inclusive em situações de obrigação legal, requisição de autoridade competente, defesa de direitos, suporte por operador contratado ou integração institucional autorizada.

6. Retenção, guarda e descarte

Os dados pessoais serão mantidos pelo prazo necessário ao cumprimento das finalidades informadas nesta política, observadas as obrigações legais, regulatórias, administrativas, contratuais, de prestação de contas, de auditoria e de defesa em processos judiciais ou administrativos.

Quando não houver mais necessidade de retenção e inexistir fundamento jurídico para a manutenção dos dados, poderá ser adotado, conforme o caso, o bloqueio, a eliminação ou a anonimização das informações.



Informações de saúde, documentos funcionais e registros de auditoria podem demandar retenção por prazo superior ao de dados estritamente operacionais, dada a natureza sensível e probatória dessas informações.

7. Segurança da informação

- Controle de acesso por perfis e permissões;
- Registro de auditoria de operações relevantes;
- Restrição de acesso segundo o critério da necessidade;
- Medidas de continuidade e recuperação, quando implantadas no ambiente institucional;
- Adoção de medidas administrativas de governança, revisão de acessos e resposta a incidentes.

Embora sejam adotadas medidas técnicas e administrativas adequadas, nenhuma solução tecnológica é absolutamente invulnerável. Em caso de incidente relevante, serão tomadas as providências cabíveis de contenção, apuração, correção e comunicação, na forma aplicável.

8. Direitos do titular de dados

Nos termos da LGPD, o titular poderá solicitar, observadas as limitações legais aplicáveis ao setor público e à retenção obrigatória de documentos:

- i. confirmação da existência de tratamento;
- ii. acesso aos dados;
- iii. correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- iv. informação sobre compartilhamento; e
- v. anonimização, bloqueio ou eliminação de dados tratados em desconformidade, quando cabível.

As solicitações deverão ser analisadas à luz do regime jurídico aplicável, da segurança da informação, da prevenção a fraudes, da necessidade de confirmação da identidade do solicitante e das exceções legalmente admitidas.

Canal provisório de atendimento ao titular

Enquanto não houver canal eletrônico interno específico, as solicitações relativas à privacidade e à proteção de dados pessoais poderão ser encaminhadas ao e-mail oficial indicado pelo Controlador ou pelo Encarregado, observada a necessidade de triagem e validação da identidade do requerente antes do compartilhamento de quaisquer informações pessoais.



9. Contato institucional e encarregado

Controlador	Prefeitura Municipal de Caririáçu
Contato institucional geral	gabinete@caririacu.ce.gov.br • (88) 3547-1122 / (88) 3547-1159
Canal oficial de privacidade/LGPD	controladoria@caririacu.ce.gov.br
Encarregado pelo tratamento de dados pessoais	Controlador Geral do Município
Telefone do encarregado (opcional)	(88) 3547-1159

Recomendação operacional: antes da publicação definitiva, a Prefeitura Municipal de Caririáçu deverá confirmar o e-mail oficial do canal LGPD e o nome do encarregado, a fim de evitar a divulgação de informação institucional incompleta.

10. Atualizações desta política

Esta política poderá ser atualizada para refletir alterações legais, institucionais, operacionais ou tecnológicas relacionadas ao Portal Hermes.

A versão vigente deverá permanecer disponível aos usuários do sistema, inclusive com indicação da data de atualização e mecanismo de download da versão oficial.

Portal oficial da Prefeitura de Caririáçu: <https://caririacu.ce.gov.br/>